

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.*

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 5, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Nos termos do seu art. 1º, o Projeto acrescenta § 1º ao art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, renumerando os demais, para determinar que se levem em conta os critérios de sustentabilidade ambiental na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Conforme ainda as disposições do art. 1º, a Proposição altera o inciso III do § 2º (renumerado para § 3º) do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer que o critério de desempate assegure preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente. A alteração revoga o atual inciso III do § 2º do art. 3º, que garante preferência para os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Pela redação do seu art. 2º, o Projeto adiciona inciso IV ao § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, para determinar que, nas compras, será observada, ainda, a compatibilidade do bem a ser adquirido com as exigências relativas à proteção do meio ambiente.

Na avaliação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a discussão do Projeto resultou na aprovação de substitutivo.

Subsequentemente à apreciação da CRA, o Projeto será avaliado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Em obediência às determinações regimentais da Casa, cabe manifestação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre matérias legislativas atinentes ao meio ambiente, especialmente sobre o uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

É nesse contexto que a CRA analisa o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei

nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Destaca-se no que concerne ao mérito do Projeto, a inserção de comandos normativos na Lei de Licitações para resguardar o princípio constitucional que assegura a todos o direito ao meio ambiente equilibrado.

Para tanto, as alterações promovidas colocam a sustentabilidade em evidência, elegendo-a como critério de análise e de seleção das propostas para contratação com o Poder Público.

Em adição, o Projeto estimula a atenção à sustentabilidade dos processos produtivos ao estabelecer preferência aos licitantes que desenvolvam projetos e programas voltados à conservação ambiental.

Entretanto, a redação da Proposta carece de aperfeiçoamento, para melhor atingir os objetivos estabelecidos na justificção apresentada e adequar o texto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Tal necessidade foi identificada pela CMA, quando da análise da matéria, ocasião em que apresentou substitutivo contemplando o aprimoramento requerido.

A nova redação aprovada em substitutivo pela CMA objetivou assegurar *maior lisura à contratação, no sentido de que o Órgão Público que objective realizar o processo licitatório, possua em seu âmbito norma interna que defina os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser levados em consideração em suas contratações.*

Diante das alterações promovidas, acatamos o novo texto como mais adequado e proferimos nosso entendimento no sentido da aprovação da matéria nos moldes do substitutivo apresentado pelo Senador WALDEMIR MOKA, relator da matéria na CMA.

III – VOTO

Em conformidade com as razões apresentadas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, na forma da Emenda nº 1- CMA (SUBSTITUTIVO).

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2012.

Senador ANTONIO CARLOS RODRIGUES, Presidente em exercício

Senador ACIR GURGACZ, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

Na 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CMA/CRA (Substitutivo), descrita abaixo:

EMENDA Nº 1–CMA/CRA (Substitutivo) ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011

*Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
para incluir exigências quanto a critérios de
sustentabilidade ambiental nas normas gerais
sobre licitações e contratos administrativos.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o objetivo de incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

“Art. 3º

§ 1º Na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, levar-se-á também em conta aquela que demonstre melhores critérios de sustentabilidade ambiental.

.....” (NR)

Art. 3º O inciso IV do § 2º, renumerado como § 3º, do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 3º

IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

.....” (NR)

Art. 4º O § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 15.

§ 7º

IV – a compatibilidade do bem a ser adquirido com as exigências relativas à proteção do meio ambiente.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2012.


Senador Antonio Carlos Rodrigues, **Presidente em exercício**


Senador Acir Gurgacz, **Relator**



SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 33ª REUNIÃO, DE 04/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Sen. Antonio Carlos Rodrigues
Sen. Acir GURGACZ

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <i>(relator)</i>	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)

Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)

Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Cidinho Santos (PR)

PSD PSOL

Sérgio Petecão	1. Marco Antônio Costa
----------------	------------------------